

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.176, DE 2003

Dá nova redação à Lei nº 7.289, de 1984.

Autor: Deputado **Alberto Fraga**

Relatora: Deputada **Vanessa Grazziotin**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.176, de 2003, do nobre Deputado Alberto Fraga, tem por objetivo reduzir o prazo para estabilidade do policial-militar, quando Praça, de 10 (dez) para 5 (cinco) anos.

Para tanto, altera a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, que “dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em sua justificativa, o Autor argumenta que o prazo de dez anos é “ excessivamente longo, além do fato de ser imposto aos profissionais de uma das mais extenuantes atividades laborais”.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A grande crise que envolve a segurança no País tem atingido patamares não mais suportáveis. O clamor da sociedade por soluções para o problema da violência em todos os níveis tem sido a tônica constante da mídia e de diversas manifestações populares.

Não há uma medida única e salvadora para resolver um problema tão complexo. A solução está num conjunto de iniciativas, que necessariamente envolve questões sociais, econômicas, administrativas, culturais e políticas, em todos os níveis de governo.

No âmbito administrativo, devem ser revistos o aparelhamento das forças policiais, as condições de trabalho dos seus servidores e, em especial, as garantias legais para o desempenho de sua importante e perigosa missão. Nesse último ponto, insere-se o presente projeto, pois vem, oportunamente, reduzir o tempo de serviço para que os policiais-militares, do Distrito Federal, possam alcançar sua estabilidade. Vale lembrar que é competência da União, conforme o disposto no art. 21, XIV, da Constituição Federal, organizar e manter a Polícia Militar do Distrito Federal.

A proposta, além de ser um importante passo para valorização do policial-militar, representa medida de justiça ao compará-los aos servidores públicos civis, que alcançam sua estabilidade com 3 anos de efetivo exercício.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.176, de 2003.

Sala da Comissão, em 26 de abril de 2004.

Deputada Vanessa Grazziotin
Relatora